

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/13	31/12/12 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	127.956	124.924
Contas a receber de clientes e outros	5	206.799	241.643
Títulos e valores mobiliários	6	11.488	12.982
Recursos CDE	7	1.601	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	71.851	55.320
Estoques		2.718	2.647
Despesas pagas antecipadamente		4.725	2.183
Entidade de previdência privada		570	399
Serviços em curso	9	11.214	10.967
Outros ativos circulantes	13	8.250	6.950
TOTAL DO CIRCULANTE		447.172	458.015
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	185.417	200.023
Impostos e contribuições a recuperar	8	12.842	12.220
Impostos e contribuições diferidos	10	121.099	127.315
Depósitos judiciais	11	19.038	21.903
Entidade de previdência privada		3.242	4.307
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	12	265.806	226.074
Outros ativos não circulantes	13	2.313	822
Investimentos		1.572	1.572
Intangível	14	616.291	596.174
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.227.620	1.190.410
TOTAL DO ATIVO		1.674.792	1.648.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/13	31/12/12 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	110.729	129.846
Empréstimos e financiamentos	16	222.168	67.143
Debêntures	17	37.837	36.578
Salários e encargos a pagar	18	11.298	10.120
Taxas regulamentares	19	8.426	13.323
Impostos e contribuições a recolher	20	62.604	50.880
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	935	50.792
Provisões	22	11.469	11.275
Outros passivos circulantes	23	36.794	26.967
TOTAL DO CIRCULANTE		502.260	396.924
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	10.879	10.289
Empréstimos e financiamentos	16	231.160	450.033
Debêntures	17	18.183	36.299
Taxas regulamentares	19	189	475
Provisões	22	24.588	20.264
Outros passivos não circulantes	23	2.740	3.546
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		287.739	520.906
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		385.962	385.949
Outros resultados abrangentes		(754)	(335)
Lucro / Prejuízo acumulado		53.032	(101.572)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		884.793	730.595
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.674.792	1.648.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13	01/07/12 a 30/09/12 (Reapresentado)	01/01/12 a 30/09/12 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	25	314.244	999.109	358.637	1.020.231
CUSTO DO SERVIÇO	26	(227.345)	(719.411)	(256.728)	(710.980)
LUCRO BRUTO		86.899	279.698	101.909	309.251
Despesas com vendas	26	(16.630)	(44.191)	(14.494)	(44.417)
Despesas gerais e administrativas	26	(18.935)	(67.896)	(18.045)	(51.760)
LUCRO OPERACIONAL		51.334	167.611	69.370	213.074
Receitas financeiras	27	23.363	68.361	13.766	52.742
Despesas financeiras	27	(14.471)	(51.146)	(16.939)	(83.095)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		60.226	184.826	66.197	182.721
Imposto de renda e contribuição social		(9.007)	(30.222)	(10.542)	(28.451)
Corrente	10	269	(52.459)	(21.075)	(67.073)
Diferido	10	(16.627)	(10.323)	342	5.275
Imposto de renda - SUDENE	10	9.360	38.588	12.275	39.598
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(2.009)	(6.028)	(2.084)	(6.251)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		51.219	154.604	55.655	154.270
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO					
ON		0,2979497	0,8993499	0,3237567	0,8974022
PNA		0,3277446	0,9892849	0,3561324	0,9871424
PNB		0,3277446	0,9892849	0,3561324	0,9871424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13	01/07/12 a 30/09/12 (Reapresentado)	01/01/12 a 30/09/12 (Reapresentado)
Lucro líquido do período	51.219	154.604	55.655	154.270
Outros resultados abrangentes do período				
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	24.790	30.679
Ganho atuarial plano benefício definido (BD)	-	(635)	-	(360)
Tributos s/ ajustes ativos financeiros e ganhos atuariais	-	216	(8.554)	(10.431)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	(419)	16.236	19.888
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	51.219	154.185	71.891	174.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de de lucros a realizar	Outras reservas de lucros				
Em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	-	148	7.620	(62.616)	132.486	707.132
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154.270	-	154.270
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.628	-	-	12.628
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(360)	-	-	(360)
Destinações:														-
Aprovação de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.486)	(132.486)
Em 30 de setembro de 2012 (Reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	-	148	19.888	91.654	-	741.184

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de de lucros a realizar	Outras reservas de lucros				
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	190.324	35.957	138.095	21.424	149	(335)	(101.572)	-	730.595
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154.604	-	154.604
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	13
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(419)	-	-	(419)
Em 30 de setembro de 2013	179.787	4.648	179.315	82.428	375	190.324	35.957	138.095	21.424	162	(754)	53.032	-	884.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	<u>30/09/13</u>	<u>30/09/12</u> (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do período antes do imposto renda e contribuição social	184.826	182.721
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	47.322	49.808
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	41.081	49.598
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(10.558)	14.952
Valor residual do ativo intangível baixado	8.051	10.201
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.050	(451)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	364	(1.347)
	273.136	305.482
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	49.086	(2.760)
IR e CSLL a recuperar	(18.338)	(23.171)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	13.286	(8.656)
Estoques	(71)	308
Recursos CDE	(1.601)	-
Depósitos judiciais	3.359	(1.351)
Despesas pagas antecipadamente	(2.542)	(2.003)
Entidade de previdência privada	894	995
Outros ativos	(20.477)	2.586
	23.596	(34.052)
REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(18.527)	17.278
Salários e encargos a pagar	1.178	4.554
Encargos de dívidas e swap pagos	(21.371)	(26.375)
Taxas regulamentares	(5.183)	(2.745)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(25.972)	(27.777)
Impostos e contribuições sociais a recolher, exceto IR e CSLL	11.724	24.758
Outros passivos	9.021	3.643
	(49.130)	(6.664)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	247.602	264.766
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	241
Aquisição de intangível	(119.005)	(125.844)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(5.535)	(112.096)
Resgate de títulos e valores mobiliários	7.588	105.339
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(116.952)	(132.360)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	68.102	40.978
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(148.926)	(34.887)
Amortização do principal de debêntures	(18.176)	(18.176)
Obrigações vinculadas	21.239	1.467
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(49.857)	(107.009)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(127.618)	(117.627)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.032	14.779
Caixa e equivalentes no início do período	124.924	154.560
Caixa e equivalentes no final do período	127.956	169.339
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	3.032	14.779

(*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	30/09/13	30/09/12 (Reapresentado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	1.372.937	1.447.115
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.226)	(4.314)
Valor residual ativo baixado	(1.408)	(4.121)
	1.368.303	1.438.680
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(548.061)	(450.410)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(34.666)	(63.763)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(212.665)	(222.243)
	(795.392)	(736.416)
Valor adicionado bruto	572.911	702.264
Amortização (*)	(48.025)	(49.808)
Valor adicionado líquido	524.886	652.456
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	68.361	52.742
Valor adicionado total a distribuir	593.247	705.198
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	29.471	29.671
Encargos sociais (exceto INSS)	7.290	6.938
Entidade de previdência privada	2.077	2.074
Auxílio alimentação	3.581	3.474
Convênio assistencial e outros benefícios	2.554	2.624
Despesas com desligamento	1.585	1.248
Férias e 13º salário	5.509	4.494
Plano de saúde	1.826	1.523
Indenizações trabalhistas	1.500	4
Participação nos resultados	6.812	4.860
Administradores	1.468	1.236
Encerramento de ordem em curso	69	61
(-) Transferência para ordens	(16.961)	(14.553)
	46.781	43.654
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	7.509	6.595
ICMS	229.539	242.418
PIS/COFINS sobre faturamento	52.864	78.939
Imposto de renda e contribuição social	30.222	28.451
Obrigações intra-setoriais	18.878	65.862
Outros	1.244	1.483
	340.256	423.748
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	47.736	78.052
Aluguéis	460	431
Outros	3.410	5.043
	51.606	83.526
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro do Período	154.604	154.270
Valor adicionado distribuído	593.247	705.198

(*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração desta demonstração intermediária em 28 de outubro de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 58.826, em 30 de setembro de 2013, devido principalmente ao volume de empréstimos e financiamentos e debêntures que se encontram no curto prazo no volume de R\$ 260.005, destes R\$ 170.008 correspondem a dois empréstimos *bullet* junto ao Banco do Brasil, com vencimentos em abril de 2014 e custo de 98,5% e 99,5% do CDI.

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as suas obrigações operacionais de curto prazo. A regularização do CCL deverá ocorrer com a liquidação e/ou rolagem dos empréstimos até os seus vencimentos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2013 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2 Base de preparação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto quanto aos ajustes apresentados no item 2.3 abaixo.

2.3 Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de seis e três meses findos em 30 de setembro de 2012 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados, impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

- (c) Reclassificações

- ✓ Reclassificação dos créditos a receber referente ao Subsídio baixa renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a receber;
- ✓ Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios e em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;
- ✓ Reclassificação de títulos e valores mobiliários para apresentação de empréstimos e financiamentos líquidos das garantias vinculadas;
- ✓ Os impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- ✓ Reclassificação da transferência por atividade da despesa com PCLD.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012:

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Balanco Patrimonial					
			Base de	Reclassificações	
	31/12/2012	CPC 33	Remuneração	para melhor	31/12/2012
Ref.	Publicado	(R1)	Regulatória	apresentação	Reapresentado
ATIVO					
CIRCULANTE	458.015	-	-	-	458.015
NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições diferidos	(a)/(b) 108.599	173	18.543	-	127.315
Entidade de previdência privada	(a) 4.815	(508)	-	-	4.307
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b) 320.911	-	(94.837)	-	226.074
Intangível	(b) 621.452	-	(25.278)	-	596.174
Outros ativos não circulantes	236.540	-	-	-	236.540
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.292.317	(335)	(101.572)	-	1.190.410
TOTAL DO ATIVO	1.750.332	(335)	(101.572)	-	1.648.425
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	(c) 118.659	-	-	11.187	129.846
Outros passivos não circulantes	(c) 278.265	-	-	(11.187)	267.078
TOTAL DO CIRCULANTE	396.924	-	-	-	396.924
NÃO CIRCULANTE	520.906				520.906
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros resultados abrangentes	(a) -	(335)	-	-	(335)
Prejuízo acumulado	(b) -	-	(101.572)	-	(101.572)
Outros PL	832.502	-	-	-	832.502
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	832.502	(335)	(101.572)	-	730.595
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	1.750.332	(335)	(101.572)	-	1.648.425

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Balanço Patrimonial				
		01/01/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	01/01/2012
Ref.	Publicado	(R1)	Remuneração	para melhor	01/01/2012	Reapresentado
			Regulatória	apresentação		
ATIVO						
CIRCULANTE						
						-
	(c)	207.846	-	-	1.251	209.097
	(c)	37.289	-	-	(26.332)	10.957
	(c)	203.489	-	-	(1.251)	202.238
TOTAL DO CIRCULANTE		448.624	-	-	(26.332)	422.292
NÃO CIRCULANTE						
	(c)	28.701	-	-	(28.701)	-
	(b)/(c)	39.698	-	11.431	73.831	124.960
	(c)	103.730	-	-	(103.730)	-
	(b)	144.781	-	(42.668)	-	102.113
	(b)	657.979	-	(31.379)	-	626.600
		258.125	-	-	-	258.125
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.233.014	-	(62.616)	(58.600)	1.111.798
TOTAL DO ATIVO		1.681.638	-	(62.616)	(84.932)	1.534.090
PASSIVO						
CIRCULANTE						
		82.739				82.739
	(c)	40.304			(26.332)	13.972
		171.740				171.740
TOTAL DO CIRCULANTE		294.783	-	-	(26.332)	268.451
NÃO CIRCULANTE						
	(c)	474.879			(28.701)	446.178
	(c)	29.899			(29.899)	-
	(c)	112.329				112.329
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		617.107	-	-	(58.600)	558.507
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
		183.089				183.089
		7.620				7.620
	(c)	-		(62.616)		(62.616)
		579.039				579.039
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		769.748	-	(62.616)	-	707.132
PASSIVO EPATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		1.681.638	-	(62.616)	(84.932)	1.534.090

Os referidos ajustes não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Resultado referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012.

Demonstração do resultado do período				
01/07/12 a 30/09/12				
Ref	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
RECETA LÍQUIDA	358.637	-	-	358.637
CUSTO DO SERVIÇO	(252.898)	(4.336)	507	(256.727)
LUCRO BRUTO	105.739	(4.336)	507	101.910
Despesas com vendas	(13.987)	-	(507)	(14.494)
Despesas gerais e administrativas	(18.045)	-	-	(18.045)
LUCRO OPERACIONAL	73.707	(4.336)	-	69.371
Resultado financeiro	1.520	(4.693)	-	(3.173)
Receitas financeiras	18.459	(4.693)	-	13.766
Despesas financeiras	(16.939)	-	-	(16.939)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	75.227	(9.029)	-	66.198
Imposto de renda e contribuição social	(11.936)	1.393	-	(10.543)
Corrente	(21.075)	-	-	(21.075)
Diferido	(1.052)	1.393	-	341
Imposto de renda - SUDENE	12.275	-	-	12.275
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	(2.084)	-	-	(2.084)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	63.291	(7.636)	-	55.655

Demonstração do resultado acumulado de				
01/01/12 a 30/09/12				
Ref	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
RECETA LÍQUIDA	1.020.231	-	-	1.020.231
CUSTO DO SERVIÇO	(704.140)	(9.361)	2.521	(710.980)
LUCRO BRUTO	316.091	(9.361)	2.521	309.251
Despesas com vendas	(41.896)	-	(2.521)	(44.417)
Despesas gerais e administrativas	(51.760)	-	-	(51.760)
LUCRO OPERACIONAL	222.435	(9.361)	-	213.074
Resultado financeiro	3.730	(34.083)	-	(30.353)
Receitas financeiras	61.095	(8.353)	-	52.742
Despesas financeiras	(57.365)	(25.730)	-	(83.095)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	226.165	(43.444)	-	182.721
Imposto de renda e contribuição social	(35.158)	6.707	-	(28.451)
Corrente	(67.073)	-	-	(67.073)
Diferido	(1.432)	6.707	-	5.275
Imposto de renda - SUDENE	39.598	-	-	39.598
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	(6.251)	-	-	(6.251)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	191.007	(36.737)	-	154.270

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período de seis meses findos em 30 de setembro de 2012.

Demonstração do Fluxo de Caixa			
30/09/12			
	Publicado (Reclassificado*)	CPC 33 (R1)	Base de Remuneração Regulatória (Reapresentado)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	305.690	(360)	264.766
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(170.918)		(170.918)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(164.408)		(164.408)
(REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(29.636)		(29.636)
Caixa e equivalentes no início do período	154.560		154.560
Caixa e equivalentes no final do período	124.924		124.924
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(29.636)		(29.636)

(*) Contempla as reclassificações para melhor apresentação

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período de seis meses findos em 30 de setembro de 2012.

Demonstração do valor adicionado			
30/09/12			
	Publicado (Reclassificado*)	Base de Remuneração Regulatória	Reapresentado
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR			
Amortização	(b) (40.447)	(9.361)	(49.808)
Receitas financeiras	(b) 61.095	(8.353)	52.742
Outros	702.264		702.264
TOTAL VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	722.912	(17.714)	705.198
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Imposto de renda e contribuição social	(b) 35.158	(6.707)	28.451
Juros e variações cambiais	(b) 52.322	25.730	78.052
Lucro / Prejuízo do período	(b) 191.007	(36.737)	154.270
Outros	444.425		444.425
TOTAL VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	722.912	(17.714)	705.198

(*) Contempla as reclassificações para melhor apresentação

3. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 08/97, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Cosern define a data de 22/04/2013 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

As metodologias aplicáveis ao 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs 457/2011 e 464/2011.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.512 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 3,86%, sendo 4,11% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,25% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 4,91% a ser percebido pelos consumidores cativos.

A taxa de remuneração regulatória (WACC) incluída na tarifa cobrada aos clientes da Companhia foi de 11,36% antes dos impostos e corresponde à remuneração dos ativos que compõem a infra-estrutura da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível).

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 7,33%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, a redução média foi de 3,84%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidiram nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013. O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.004 de 04/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 882.896.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários estão contemplados nessas demonstrações intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	2.521	5.406
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.005	925
Fundos de investimento	<u>124.430</u>	<u>118.593</u>
	<u>127.956</u>	<u>124.924</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Consumidores		432.492	475.372
Títulos a receber		1.101	1.067
Comercialização de energia na CCEE		4.312	8.950
Disponibilização do sistema de distribuição		4.388	6.455
Serviços prestados a terceiros		2.116	2.131
Serviços taxados e administrativos		2.587	2.636
Subvenção		10.494	11.402
Outros créditos		860	126
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(66.134)	(66.473)
Total		<u>392.216</u>	<u>441.666</u>
Circulante		206.799	241.643
Não circulante		185.417	200.023

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	22.537	26.694	11.096	60.327	74.781	(11.096)	(11.756)
Industrial	9.467	3.843	4.979	18.289	19.552	(4.979)	(4.890)
Comercial, serviços e outras	35.815	8.205	6.447	50.467	61.745	(6.211)	(9.262)
Rural	4.933	2.226	15.026	22.185	25.566	(14.436)	(13.955)
	<u>72.752</u>	<u>40.968</u>	<u>37.548</u>	<u>151.268</u>	<u>181.644</u>	<u>(36.722)</u>	<u>(39.863)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	2.999	416	302	3.717	3.756	(85)	(85)
Estadual	139.371	130	209	139.710	140.253	(87)	(5)
Municipal	51.113	1.710	25.180	78.003	82.007	(20.211)	(18.113)
	<u>193.483</u>	<u>2.256</u>	<u>25.691</u>	<u>221.430</u>	<u>226.016</u>	<u>(20.383)</u>	<u>(18.203)</u>
Iluminação pública	2.623	471	708	3.802	4.224	(676)	(666)
Serviço público	5.525	264	7.252	13.041	14.832	(7.252)	(6.674)
Fornecimento não faturado	42.951	-	-	42.951	48.656	-	-
Total	<u>317.334</u>	<u>43.959</u>	<u>71.199</u>	<u>432.492</u>	<u>475.372</u>	<u>(65.033)</u>	<u>(65.406)</u>
Circulante				246.108	274.568	(65.033)	(65.406)
Não circulante				186.384	200.804	-	-

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 136.963 (R\$ 140.325 em 31 de dezembro de 2012), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006, CD-0023/2011 e CD-0024/2011.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito. O saldo apresentado está líquido da PCLD no montante de R\$ 13.099 (R\$ 12.396 em 31 de dezembro de 2012), vide item (d).

(c) Subvenções

Baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº. 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº. 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2013 é R\$ 10.494, (R\$ 11.402 em 31 de dezembro de 2012), relativo às subvenções dos meses de agosto e setembro de 2013.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Consumidores	Títulos a receber	Subtotal	CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	(69.054)	(952)	(70.006)	-	(17.031)	(87.037)
Adições	(4.839)	(115)	(4.954)	(12.396)	-	(17.350)
Reversões	8.487	-	8.487	-	31	8.518
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(65.406)	(1.067)	(66.473)	(12.396)	(17.000)	(95.869)
Adições	(14.439)	(34)	(14.473)	(703)	-	(15.176)
Reversões	14.812	-	14.812	-	-	14.812
Saldos em 30 de setembro de 2013	(65.033)	(1.101)	(66.134)	(13.099)	(17.000)	(96.233)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	6.071	4.572
Banco Itaú	(a)	CDB	diversos	CDI	10	10
Bradesco	(b)	LFT	mar-13	CDI	-	11
Bradesco	(b)	LFT	set-14	CDI	12	-
Caixa Econômica Federal	(c)	CDB	diversos	CDI	5.395	8.389
Total					<u>11.488</u>	<u>12.982</u>
Circulante					11.488	12.982

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(a) Aplicações compostas por papéis de baixa liquidez.

(b) Constitui garantia para participação em leilão de energia

(c) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2012	17.452
Aplicações	114.937
Resgates	(120.513)
Remuneração	1.106
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>12.982</u>
Aplicações	5.535
Resgates	(7.588)
Remuneração	559
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u><u>11.488</u></u>

7. RECURSOS CDE

	Ref.	30/09/13
Encargos de serviço de sistema	(a)	3.606
Risco hidrológico	(b)	(2.528)
Frustração de cotas	(c)	523
Total		<u><u>1.601</u></u>

Em outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário. Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	23.129	8.851
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	18.243	2.082
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	11.170	35.789
Programa de integração social - PIS	(c)	3.208	1.342
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	14.777	6.181
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		586	464
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		738	-
Imposto sobre serviços - ISS		-	611
		<u>71.851</u>	<u>55.320</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	<u>12.842</u>	<u>12.220</u>
Total		<u>84.693</u>	<u>67.540</u>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) corresponde às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, saldo negativo do Imposto de Renda (IR) e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 a 2012.

(b) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 22.211 (R\$ 21.129, em 31 de dezembro de 2012).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 1.801 (R\$ 26.880 em 31 de dezembro de 2012).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 17.985 (R\$ 7.523 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/13	31/12/12
Serviço próprio	1.642	2.506
Serviços prestados a terceiros	9.572	8.461
Total	<u>11.214</u>	<u>10.967</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 23 – Outros Passivos).

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	<u>31.731</u>	<u>31.920</u>
Diferido ativo		45.095	66.581
Diferido passivo		(13.364)	(34.661)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	<u>89.368</u>	<u>95.395</u>
Total		<u>121.099</u>	<u>127.315</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

	Ativo			
	30/09/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	86.194	21.548	80.195	20.049
	<u>86.194</u>	<u>21.548</u>	<u>80.195</u>	<u>20.049</u>
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	113.148	10.183	131.898	11.871
	<u>113.148</u>	<u>10.183</u>	<u>131.898</u>	<u>11.871</u>
Total		<u>31.731</u>		<u>31.920</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/09/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.164	49.164	57.498	57.498
Provisão jurídicas	35.943	35.943	31.425	31.425
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	2.231	2.231	3.251	3.251
Incentivo fiscal Sudene	22.555	-	37.482	-
Ajustes Base Regulatória	-	-	53.436	53.436
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	6.703	6.703	19.502	19.502
Outros	19.775	19.775	923	923
Total Ativo	<u>138.604</u>	<u>116.049</u>	<u>205.750</u>	<u>168.268</u>
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(386)	(386)	(427)	(427)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	23.662	23.662	(32.458)	(32.458)
Ajuste da quota anual de amortização	(5.685)	(5.685)	(4.787)	(4.787)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(9.558)	(9.558)	(14.724)	(14.724)
Déficit plano previdenciário	(165)	(165)	(165)	(165)
Superávit plano previdenciário	(5.263)	(5.263)	(5.644)	(5.644)
Ativos e passivos regulatórios	(4.866)	(4.866)	(42.581)	(42.581)
Custo de captação	(640)	(640)	(2.263)	(2.263)
Outros ajustes de RTT	-	-	66.679	66.679
Outros	(49.509)		(89.185)	-
Total Passivo	<u>(52.410)</u>	<u>(2.901)</u>	<u>(125.555)</u>	<u>(36.370)</u>
Total Líquido	<u>86.194</u>	<u>113.148</u>	<u>80.195</u>	<u>131.898</u>

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371/2002.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro 2013 e 2012:

Ref.	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/13		30/09/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	184.826	184.826	182.721	182.721
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(6.028)	(6.028)	(6.251)	(6.251)
Ajustes decorrentes do RTT	(a) 20.037	20.037	(9.229)	(9.229)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	198.835	198.835	167.241	167.241
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	49.709	17.895	41.810	15.052
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	218	79	190	68
Multas indedutíveis	8	3	11	4
Depreciação veículos executivos	119	43	149	54
Participação no resultado	-	-	98	35
Outras adições	1.707	614	-	-
	2.052	739	448	161
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.925)	(1.053)	(3.033)	(1.092)
Reversão da PMIPL	-	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	(34.855)	-	(41.058)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(537)	-	(614)	-
Outras exclusões	(18)	-	(539)	(137)
	(38.335)	(1.053)	(45.244)	(1.229)
Imposto de renda e contribuição social no período	13.426	17.581	(2.986)	13.984
Diferido de diferença temporária de RTT	(5.009)	(1.804)	10.397	805
Imposto de renda e contribuição social no resultado	8.417	15.777	7.411	14.789
Corrente	(162)	14.033	9.573	17.902
Recolhidos e Pagos	10.604	15.368	9.784	17.993
Impostos antecipados a recuperar	(10.766)	(1.335)	(211)	(91)
Diferido	8.579	1.744	(2.162)	(3.113)
	8.417	15.777	7.411	14.789

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	30/09/13		30/09/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	60.226	60.226	66.197	66.197
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(2.009)	(2.009)	(2.084)	(2.084)
Ajustes decorrentes do RTT	(17.884)	(17.884)	(7.860)	(7.860)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	40.333	40.333	56.253	56.253
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.083	3.630	14.063	5.063
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	176	63	144	51
Depreciação veículos executivos	38	14	50	18
Outras adições	1.600	576	59	21
	1.814	653	253	90
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(975)	(351)	(1.011)	(364)
Incentivo fiscal SUDENE	(9.360)	-	(12.396)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(181)	-	(244)	-
Outras exclusões	(6)		(1.466)	-
	(10.522)	(351)	(15.117)	(364)
Imposto de renda e contribuição social no período	1.375	3.932	(801)	4.789
Diferido de diferença temporária de RTT	418	1.273	4.314	156
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.793	5.205	3.513	4.945
Corrente	(9.608)	(21)	3.764	5.036
Recolhidos e Pagos	-	970	3.155	5.579
Impostos antecipados a recuperar	(9.608)	(991)	609	(543)
Diferido	11.401	5.226	(251)	(91)
	1.793	5.205	3.513	4.945

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPCs: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01- (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº.s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Trabalhistas	7.130	6.966
Cíveis	1.935	2.106
Fiscais	<u>9.973</u>	<u>12.831</u>
PIS / COFINS	1.461	2.842
Impostos municipais	409	395
INSS	7.196	6.873
CSLL	852	813
Outros	<u>55</u>	<u>1.908</u>
Total	<u><u>19.038</u></u>	<u><u>21.903</u></u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

12. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº. 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- 1) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- 2) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº. 14).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (1) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (2) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no Valor Novo de Reposição - VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos referentes a concessão do serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		102.113
Baixas	(a)	(7.994)
Transferências	(b)	145.174
Atualização monetária / valor justo	(c)	<u>(13.219)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>226.074</u>
Baixas		(2.995)
Transferências	(d)	32.169
Atualização monetária / valor justo		<u>10.558</u>
Saldos em 30 de setembro de 2013		<u><u>265.806</u></u>

- (a) Baixas no ativo financeiro a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRTP, Despacho ANEEL n°. 1.004 de 4 de abril de 2013.
- (b) Redistribuição da infra-estrutura em R\$ (10.801) que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRTP, Despacho ANEEL n°. 1.004 de 4 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05 e R\$ 155.975 referente a transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de ativos incorporados no período.
- (c) Conforme mencionado na Nota 3, a forma de remuneração dos investimentos realizados na infra-estrutura e não amortizados até o final da concessão. Com base nessa definição a Companhia efetuou o recálculo dos bens referentes ao 3CRTP, reversíveis ao final da concessão, levando em consideração o valor novo de reposição (VNR). Como consequência, o montante de R\$ (34.134) foi registrado como ajuste às demonstrações financeiras de 31/12/2012.
- (d) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		3.293	2.919
Adiantamentos a fornecedores		-	43
Serviços prestados a terceiros		2.106	933
RGR a compensar		445	445
Dispêndios a reembolsar em curso	(a)	1.289	1.266
Uso mútuo de postes		347	459
Outros créditos a receber		3.083	1.707
Total		10.563	7.772
Circulante		8.250	6.950
Não circulante		2.313	822

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 17.000 (R\$ 17.000 em 31 de dezembro de 2012), referente a adiantamento efetuado a Cooperativas em razão de acordo firmado para aquisição e incorporação de acervos elétricos, vide nota 5, item (d).

(a) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

14. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2013				31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>						
Direito de uso da concessão	4,76%	662.516	(211.137)	37.516	488.895	491.170
<u>Em curso</u>						
Direito de uso da concessão		135.704	-	(8.308)	127.396	105.004
Total		798.220	(211.137)	29.208	616.291	596.174

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	685.517	(173.172)	18.363	530.708	86.184	9.708	95.892	626.600
Adições	-	-	-	-	176.085	(1.931)	174.154	174.154
Baixas (a)	(27.176)	19.375	-	(7.801)	-	-	-	(7.801)
Amortizações	-	(61.473)	6.707	(54.766)	-	-	-	(54.766)
Transferências - Intangíveis	105.765	-	(2.221)	103.544	(105.765)	2.221	(103.544)	-
Transferências - Ativos financeiros (b)	(91.150)	-	10.602	(80.548)	(65.642)	1.016	(64.626)	(145.174)
Transferências - Outros	-	43	(10)	33	3.128	-	3.128	3.161
Saldos em 31 de dezembro de 2012	672.956	(215.227)	33.441	491.170	93.990	11.014	105.004	596.174
Adições	-	-	-	-	119.005	(21.239)	97.766	97.766
Baixas	(11.243)	6.187	-	(5.056)	-	-	-	(5.056)
Amortizações	-	(46.332)	5.205	(41.127)	-	-	-	(41.127)
Transferências - Intangíveis	-	44.235	(1.130)	43.105	(44.235)	1.130	(43.105)	-
Transferências - Ativos financeiros (c)	-	-	-	-	(32.956)	787	(32.169)	(32.169)
Transferências - Outros	803	-	-	803	(100)	-	(100)	703
Saldos em 30 de setembro de 2013	662.516	(211.137)	37.516	488.895	135.704	(8.308)	127.396	616.291

(a), (b) e (c) conforme Nota explicativa 12.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Fornecedores	30/09/13	31/12/12
Energia elétrica:	85.564	96.721
Terceiros	84.674	95.675
Partes relacionadas	890	1.046
Encargos de uso da rede	7.922	11.164
Terceiros	7.917	11.152
Partes relacionadas	5	12
Materiais e serviços	17.243	21.962
Terceiros	17.161	21.886
Partes relacionadas	82	76
Energia livre	10.879	10.288
Total	121.608	140.135
Circulante	110.729	129.846
Não circulante	10.879	10.289

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº. 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28/09/2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos	Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	30/09/13	31/12/12
Moeda nacional						
BNB	TJLP+3,21%aa / 10,5%aa	34	12.623	48.117	60.774	90.332
(-) Custos de transação		-	(93)	(65)	(158)	
		34	12.530	48.052	60.616	90.332
BNDES FINEM	TJLP+1,7%aa a 3,12 / 3%aa a 5,5% a.a.	522	39.521	155.253	195.296	147.363
Eletrobrás	6%	-	2.232	7.181	9.413	11.681
FINEP	5,13% a.a. a 5,34%a.a.	38	3.141	13.948	17.127	17.011
(-) Custos de transação		-	(39)	(69)	(108)	(113)
		38	3.102	13.879	17.019	16.898
Banco do Brasil		43.528	133.973	-	177.501	266.963
(-) Custos de transação	12,149% aa / 14,63% aa	-	(381)	-	(381)	(1.895)
Operações com swap	99,5% CDI	-	(7.112)	-	(7.112)	(7.821)
		43.528	126.480	-	170.008	257.247
Total moeda nacional		44.122	183.865	224.365	452.352	523.521
Moeda estrangeira						
BANK OF AMERICA	Libor 6M + 1,65%aa	179	-	20.952	21.131	19.297
(-) Custos de transação		-	(115)	(53)	(168)	-
Operações com swap	107,85% CDI	-	(5.883)	-	(5.883)	(4.614)
		179	(5.998)	20.899	15.080	14.683
Total moeda estrangeira		179	(5.998)	20.899	15.080	14.683
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	(14.104)	(14.104)	(21.028)
Total		44.301	177.867	231.160	453.328	517.176

(a) Captações e renegociações de recursos no período:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu nos meses de julho e agosto de 2013 o montante de R\$ 37.635 para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 13.2.0294.1, assinado em 29 de maio de 2013 e aditado em 27 de junho de 2013.

a.2) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP – A Companhia recebeu o montante de R\$ 2.373 para financiar Projetos de Inovação, provenientes dos Contratos de Financiamentos assinados respectivamente em outubro de 2009 e setembro de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

O contrato mantido com Bank of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2014	15.870	(26)	15.844	210.148	(767)	209.381
2015	64.657	(70)	64.587	152.180	(198)	151.982
2016	78.589	(24)	78.565	60.123	(20)	60.103
2017	40.583	(9)	40.574	28.733	(6)	28.727
2018	21.231	(3)	21.228	12.924	(2)	12.922
Após 2018	24.468	(2)	24.466	7.947	(1)	7.946
Total obrigações	245.398	(134)	245.264	472.055	(994)	471.061
(-) Garantias depósitos vinculados			(14.104)			(21.028)
Total			231.160			450.033

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	53.016	428.790	(2.663)	17.388	496.531
Ingressos	-	46.921	-	-	46.921
Encargos	35.688	7.784	437	-	43.909
Variação monetária e cambial	-	-	11	1.590	1.601
Swap	-	(2.482)	(887)	-	(3.369)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(25)	(6)	109	78
Transferências	58.968	(58.968)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(76.119)	-	(1.296)	-	(77.415)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	7.673	-	-	7.673
(-) Custos de transação	(6)	1.253	-	-	1.247
Saldos em 31 de dezembro de 2012	71.547	430.946	(4.404)	19.087	517.176
Ingressos	-	68.102	-	-	68.102
Encargos	26.825	2.061	325	-	29.211
Variação monetária e cambial	-	-	(1)	1.768	1.767
Swap	(1.747)	(893)	(1.244)	-	(3.884)
Efeito cumulativo marcação a mercado	93	(71)	(26)	44	40
Transferências	297.668	(297.668)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(167.156)	-	(469)	-	(167.625)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	6.924	-	-	6.924
(-) Custos de transação	757	860	-	-	1.617
Saldos em 30 de setembro de 2013	227.987	210.261	(5.819)	20.899	453.328

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	30/09/13		31/12/12	
					Encargos	Principal	Não	
					Circulante	Circulante	Circulante	Total
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	11,50%	1.580	36.351	18.192	56.123
(-) Custos de transação					-	(94)	(9)	(103)
Total					1.580	36.257	18.183	56.020

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	18.192	(9)	18.183	36.368	(69)	36.299
Total	18.192	(9)	18.183	36.368	(69)	36.299

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	37.065	72.475	109.540
Encargos	8.749	-	8.749
Transferências	36.352	(36.352)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(45.695)	-	(45.695)
(-) Custos de transação	107	176	283
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.578	36.299	72.877
Encargos	3.850	-	3.850
Transferências	18.176	(18.176)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(20.848)	-	(20.848)
(-) Custos de transação	81	60	141
Saldos em 30 de setembro de 2012	37.837	18.183	56.020

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Salários		2.591	2.597
Encargos sociais		701	948
Provisões férias e 13º salário		3.389	1.629
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário		2.386	1.695
Provisão PLR	(a)	2.231	3.251
Total		<u>11.298</u>	<u>10.120</u>

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº. 10.101/00 e artigo nº. 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 2.231 (R\$ 3.251 em 31 de dezembro de 2012).

19. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	2.553
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		240	857
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		322	499
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		161	249
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	6.521	7.287
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	1.157	1.393
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		214	212
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	748
Total		<u>8.615</u>	<u>13.798</u>
Circulante		8.426	13.323
Não circulante		189	475

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/13	31/12/12
Circulante		
Imposto de renda - IR	9.518	34
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	14.016	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	23.150	30.145
Programa de integração social - PIS	2.247	2.786
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	10.351	12.838
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.685	2.112
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	356	320
Imposto sobre serviços - ISS	1.022	1.208
Impostos e contribuições retidos na fonte	114	1.178
Outros	145	259
	<u>62.604</u>	<u>50.880</u>
Total	<u>62.604</u>	<u>50.880</u>

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	50.792
Imposto de renda retido na fonte - IRRF ajuste	1
Pagos no período	(49.845)
Prescritos	(13)
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>935</u>

22. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 11.469 classificadas no passivo circulante (R\$ 11.275 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 24.588 no não circulante (R\$ 20.264 em 31 de dezembro de 2012) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18.522	7.953	5.064	31.539
Constituição	1.827	3.543	671	6.041
Baixas/reversão	(1.235)	(2.198)	(558)	(3.991)
Atualização	1.231	1.004	233	2.468
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>20.345</u>	<u>10.302</u>	<u>5.410</u>	<u>36.057</u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Trabalhistas	Valor	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado			30/09/13	31/12/12
Ex-empregados da Companhia	2.877	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.877	2.123
	1.602	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.361	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	7.059	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.059	6.412
	6.904	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	508	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	10.409	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.409	9.987
	1.054	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	148	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>31.922</u>			<u>20.345</u>	<u>18.522</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Cíveis	Ref.	Valor	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado			30/09/13	31/12/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	581	1ª, 2ª e 3ª	Provável	581	824
		92	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.054	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	3.467	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.467	1.940
		74.262	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		260	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	1.606	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.606	1.585
		11.008	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		757	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(d)	789	1ª, 2ª e 3ª	Provável	789	730
		6.624	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		583	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	(e)	174	1ª, 2ª e 3ª	Provável	174	186
		2.396	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		30	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações	(f)	1.393	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Cooperativas	(g)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	18
		408.198	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(h)	3.685	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.685	2.670
		48.658	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		30.142	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>595.759</u>			<u>10.302</u>	<u>7.953</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) *Cientes – Tarifas Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) *Indenização por perdas* – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.
- (c) *Acidente terceiros / trabalho* – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.
- (d) *Irregularidade de consumo* – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.
- (e) *Negativação SPC e Serasa* - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.
- (f) *Societário ações* - Ação que envolve questionamento sobre suposto direito de ações.
- (g) *Cooperativas* - Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.
- (h) *Outras* – Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercussões, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Fiscais	Ref.	Valor	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado			30/09/13	31/12/12
ICMS	(a)	985	1ª, 2ª e 3ª	Provável	985	869
		39.994	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		26	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		6.350	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17.325	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	32.545	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.684	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(d)	70	1ª, 2ª e 3ª	Provável	70	68
		1.383	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS		1.487	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(e)	111.184	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		20.301	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(f)	4.322	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.322	4.127
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		39	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(g)	33	1ª, 2ª e 3ª	Provável	33	-
		2.619	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.796	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>253.131</u>			<u>5.410</u>	<u>5.064</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

- (a) *ICMS* - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontra prescrita. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.
- (b) *ISS* - Refere-se a autos de infração lavrados pelo Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.
- (c) *CSLL* - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento.
- (d) *COFINS* – Refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) *IRPJ/IRRF*:

IRPJ - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em abril de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento.

IRRF- Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº. 01/2002. No último mês de abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou o auto de infração. Aguarda-se lavratura do acórdão.

(f) *INSS* – Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº. 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingida pela decadência. Contudo, os consultores legais da Companhia entendem que a outra parte dos valores cobrados pode ser devida e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

(g) *Outras* – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

23. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/13	31/12/12
Consumidores	(a)	14.070	16.916
Empregados - adiantamento acordo coletivo		2	2
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		(15)	(15)
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em garantia	(b)	14.120	12.196
Encargos CBEE		21	21
Adiantamentos recebidos	(c)	3.432	2.862
Adiantamentos subvenção CDE	(d)	9.422	-
Outras		(1.811)	(1.762)
Total		<u>39.534</u>	<u>30.513</u>
Circulante		36.794	26.967
Não circulante		2.740	3.546

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 9 – Serviços em Curso).

(d) Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº. 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. Em 30 de setembro de 2013 o saldo de R\$ 9.422 refere-se as parcelas recebidas antecipadamente dos meses de outubro e novembro de 2013, homologadas pela ANEEL através do Despacho 1.711 de 29 de maio de 2013.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	110.814.385	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.502	84,5
Iberdrola	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.790	1,0	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.517	1,2
Total	129.746.219	100,0	20.606.128	100,0	17.721.681	100,0	168.074.028	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	118.537.146	85,4	17.657.921	80,1	15.666.286	82,6	151.861.354	84,5
Iberdrola	8.715.356	6,3	2.372.226	10,8	1.515.928	8,0	12.603.510	7,0
Uptick	8.104.674	5,8	1.237.214	5,6	1.120.343	5,9	10.462.231	5,8
Previ	1.984.114	1,4	384.052	1,7	408.766	2,2	2.776.933	1,5
Outros	1.447.067	1,0	390.775	1,8	245.399	1,3	2.083.241	1,2
Total	138.788.358	100,0	22.042.189	100,0	18.956.722	100,0	179.787.269	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais “Classe A”, prioridade na distribuição de dividendos.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota explicativa nº. 10).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº. 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0183/2010, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de seis meses findos em 30 de junho de 2013 o valor de R\$ 29.439 (R\$ 27.323 em 30 de junho de 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

(c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Em 2013, estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

25. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		Período de três meses		Período acumulado de	
		findos em		nove meses findos em	
	Ref.	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Fornecimento de energia	(a)	201.285	174.304	599.072	528.484
Receita de distribuição		195.593	168.368	582.977	512.385
Remuneração financeira wacc		5.692	5.936	16.095	16.099
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	(2.220)	4.901	(6.979)	2.929
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	179.427	254.594	612.783	751.302
Receita de distribuição		174.296	245.961	596.319	728.416
Remuneração financeira wacc		5.131	8.633	16.464	22.886
Receita de construção da infraestrutura da concessão		42.419	59.856	130.664	151.518
Outras receitas	(d)	9.324	4.836	37.397	12.882
Total receita bruta		430.235	498.491	1.372.937	1.447.115
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(115.991)	(139.854)	(373.828)	(426.884)
Total receita operacional líquida		314.244	358.637	999.109	1.020.231

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

		Período acumulado de nove meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
Ref.		30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores:							
Residencial		1.050.738	1.011.012	1.337.335	1.213.411	490.412	510.444
Industrial		4.833	4.995	393.837	424.654	107.689	137.378
Comercial		79.122	76.629	710.329	662.581	274.347	300.144
Rural		71.591	64.990	295.905	281.396	54.508	60.315
Poder público		12.247	12.279	210.268	181.988	73.866	80.442
Iluminação pública		6.117	5.753	118.295	116.173	24.893	27.900
Serviço público		1.720	1.653	190.971	190.203	49.320	58.112
Consumo próprio		106	100	3.700	3.579	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(5.706)	2.843
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(576.386)	(704.793)
		1.226.474	1.177.411	3.260.640	3.073.985	492.943	472.785
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	106.129	55.699
Total		1.226.474	1.177.411	3.260.640	3.073.985	599.072	528.484

		Período de três meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
		30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores							
Residencial		1.050.738	1.011.012	427.043	390.880	151.228	167.128
Industrial		4.833	4.995	135.341	141.262	35.977	48.341
Comercial		79.122	76.629	228.158	216.218	85.748	101.582
Rural		71.591	64.990	89.826	98.343	15.699	21.896
Poder público		12.247	12.279	77.432	60.395	24.108	27.821
Iluminação pública		6.117	5.753	40.935	40.956	8.499	10.094
Serviço público		1.720	1.653	64.537	64.351	16.078	20.565
Consumo próprio		106	100	1.123	1.163	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(879)	(3.230)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(168.033)	(238.774)
		1.226.474	1.177.411	1.064.395	1.013.568	168.425	155.423
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	32.860	18.881
Total		1.226.474	1.177.411	1.064.395	1.013.568	201.285	174.304

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informação não revisada.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisão Tarifária Periódica 2013 (*)

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.512, de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, fixou em 3,86% o índice médio da revisão tarifária periódica para a Companhia, sendo 4,11% relativos a revisão tarifária periódica e -0,25% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,91%, sendo 3,84% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,33% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

	Ref.	
	(1)	<u><u>1.154.514</u></u>
Receita Verificada		
Encargos Setoriais		66.723
Compra de Energia Elétrica		672.463
Transporte de Energia		41.965
Parcela A		781.151
Remuneração Bruta de Capital		103.048
Quota de Reintegração Regulatória		62.494
Custos Operacionais		231.957
Receitas Irrecuperáveis		14.159
Custo anual das instalações móveis e imóveis		22.565
Parcela B		434.223
Receita Requerida (Parcela A +B)		1.215.375
(-) Índice de Produtividade da Parcela B		3.872
(-) Outras Receitas		9.507
Receita Requerida para Reposicionamento Tarifário	(2)	<u><u>1.201.996</u></u>
Componentes Financeiros	(3)	<u><u>(3.082)</u></u>
CVA		5.524
Sobrecontratação		(12.460)
Subsídio Irrigantes e Aquicultores/Cons Livre Fonte Icentivada/ Geração Fonte Icentivada/Autoprodutores		10.872
Exposição financeira		1.140
Programa Social Luz Para Todos		(2.929)
Parcela de Ajuste Conexão		(100)
Neutralidade		(11.268)
Outros Componentes		6.139
Reposicionamento Econômico [(2) / (1)]	(4)	4,11%
Componentes Financeiros [(3) / (2)]	(5)	-0,26%
Reposicionamento Tarifário [(4) + (5)]		3,86%

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	11.394	15.820	36.397	46.509
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	168.033	238.774	576.386	704.793
	<u>179.427</u>	<u>254.594</u>	<u>612.783</u>	<u>751.302</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras receitas

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Renda da prestação de serviços	1.261	652	2.393	1.540
Arrendamentos e aluguéis	2.052	2.115	6.469	6.220
Serviço taxado	905	859	2.455	2.269
Taxa de iluminação pública	938	841	2.804	2.444
Administração de faturas de fraudes	7	6	(15)	(25)
Ressarcimento Energia	4.084		23.062	-
Outras receitas	77	363	229	434
	<u>9.324</u>	<u>4.836</u>	<u>37.397</u>	<u>12.882</u>

(1) O ressarcimento de energia ocorre para a distribuidora quando da indisponibilidade e/ou geração de energia das usinas térmicas inferior ao Despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema), para fazer face aos custos adicionais do despacho de usinas mais caras.

(e) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
IMPOSTOS:				
ICMS	(73.021)	(81.590)	(229.539)	(242.418)
PIS	(6.859)	(7.170)	(22.613)	(21.354)
COFINS	(31.595)	(33.026)	(104.158)	(98.357)
ISS	(200)	(269)	(558)	(799)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1)	(3.059)	(1.168)	(9.819)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(720)	(2.571)	(2.161)	(7.713)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(7.658)	(2.553)	(33.398)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.256)	(1.370)	(3.934)	(4.014)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(502)	(548)	(1.691)	(1.606)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(251)	(274)	(846)	(803)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(502)	(548)	(1.691)	(1.606)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.084)	(950)	(2.916)	(2.590)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(821)	-	(2.407)
Total	<u>(115.991)</u>	<u>(139.854)</u>	<u>(373.828)</u>	<u>(426.884)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Período acumulado de nove meses findos em				
	30/09/13				30/09/12
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(17.258)	(9.310)	(23.885)	(50.453)	(46.721)
Administradores	-	-	(1.760)	(1.760)	(1.454)
Entidade de previdência privada	(1.124)	(329)	(624)	(2.077)	(2.074)
Material	(2.554)	(24)	(537)	(3.115)	(3.212)
Serviços de terceiros	(24.088)	(21.693)	(18.957)	(64.738)	(60.179)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.918)	-	-	(1.918)	(1.906)
Energia elétrica comprada para revenda	(478.440)	-	-	(478.440)	(415.623)
Encargos de uso de rede	(31.078)	-	-	(31.078)	(58.462)
Amortização	(30.832)	(7.001)	(9.489)	(47.322)	(49.069)
Arrendamentos e aluguéis	(28)	(122)	(293)	(443)	(419)
Tributos	(115)	-	(571)	(686)	(684)
Provisões líquidas - PCLD	-	(330)	-	(330)	2.485
Perdas conta a receber/consumidores	-	(2.896)	-	(2.896)	(6.799)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(2.051)	(2.051)	451
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(130.664)	-	-	(130.664)	(151.518)
Valor residual do ativo baixado	-	-	(1.408)	(1.408)	(4.121)
Outros	(1.312)	(2.486)	(8.321)	(12.119)	(7.852)
Total custos / despesas	<u>(719.411)</u>	<u>(44.191)</u>	<u>(67.896)</u>	<u>(831.498)</u>	<u>(807.157)</u>

Custo / Despesas	Período acumulado de três meses findos em				
	30/09/13				30/09/12
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(7.120)	(3.180)	(6.393)	(16.693)	(15.761)
Administradores	-	-	(837)	(837)	(397)
Entidade de previdência privada	(369)	(110)	(202)	(681)	(599)
Material	(711)	(10)	(290)	(1.011)	(1.388)
Serviços de terceiros	(8.796)	(6.409)	(6.671)	(21.876)	(21.903)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(641)	-	-	(641)	(636)
Energia elétrica comprada para revenda	(147.338)	-	-	(147.338)	(143.609)
Encargos de uso do sistema transmissão	(10.458)	-	-	(10.458)	(21.723)
Depreciação e amortização	(8.916)	(2.333)	(863)	(12.112)	(18.263)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	(49)	(89)	(142)	(176)
Tributos	(9)	1	(13)	(21)	(64)
Provisões líquidas - PCLD	-	(1.987)	-	(1.987)	984
Perdas conta a receber/consumidores	-	(1.298)	-	(1.298)	(1.830)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(76)	(76)	(135)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(42.418)	-	-	(42.418)	(59.856)
Valor residual do ativo baixado	-	-	(1.383)	(1.383)	(478)
Outros	(565)	(1.255)	(2.118)	(3.938)	(3.433)
Total custos / despesas	<u>(227.345)</u>	<u>(16.630)</u>	<u>(18.935)</u>	<u>(262.910)</u>	<u>(289.267)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 Em 30 de setembro de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Receita Financeira				
Renda de aplicações financeiras	2.935	3.398	9.678	12.985
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	7.785	8.789	24.227	25.929
Variação monetária	8.648	(13)	25.042	5.777
Variação cambial	1.360	184	2.124	1.779
Operações swap	2.236	1.009	6.041	5.098
Outras receitas financeiras	399	399	1.249	1.174
Total	23.363	13.766	68.361	52.742

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Despesa Financeira				
Encargos de dívida	(10.186)	(11.653)	(32.429)	(37.060)
Variação monetária	(2.788)	(2.572)	(8.864)	(35.106)
Variação cambial	(1.494)	(272)	(3.892)	(3.258)
Operações swap	(1.304)	(850)	(2.158)	(2.628)
Multas regulatórias	(350)	(561)	(1.523)	(1.829)
Outras despesas financeiras	1.651	(1.031)	(2.280)	(3.214)
Total	(14.471)	(16.939)	(51.146)	(83.095)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/13			31/12/12		30/09/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	114	-	-	107	-
CELPE	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	577	126	-	383	84	-
TERMOFERNAMBUCO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	22	-	-	13	-
ITAPEBI	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	906	131	-	601	61	-
GERAÇÃO CIII	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	13	-	-	11	-
NC ENERGIA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	15	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(c)	Prestação de serviço	-	-	(2.113)	-	87	(1.351)
BAGUARI I	(a)	Energia comprada	-	155	(1.071)	-	181	(650)
BAHIA PCH I	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	6	-
RIO PCH I	(a)	Energia comprada	-	96	(662)	-	112	(402)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	14	-	-	6	-
			-	110	(662)	-	118	(402)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	3	-
GOIAS SUL	(a)	Energia comprada	-	96	(660)	-	112	(400)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	8	-	-	3	-
			-	104	(660)	-	115	(400)
GERAÇÃO CÉU AZUL	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	-	-
SE NARANDIBA	(b)	Uso da Rede	-	-	(5)	-	1	(5)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	4	-
			-	2	(5)	-	5	(5)
AFLUENTE GERAÇÃO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	4	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b)	Uso da Rede	-	5	(41)	-	12	-
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	20	-	-	21	-
			-	25	(41)	-	33	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	1	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Energia comprada	-	543	(3.740)	-	641	(2.205)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	62	-	-	43	-
			-	605	(3.740)	-	684	(2.205)
TELES PIRES PART.	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	27	-	-	-	-
CIA. TELES PIRES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	64	-
ENERGY WORKS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	37	-	-	11	-
CAPUAVA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	7	-
FORÇA BÓLICA PARTICIPAÇÃO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	18	-
FORÇA BÓLICA DO BRASIL	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	10	-	-	3	-
CALANGO 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	10	-
CALANGO 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	19	-	-	24	-
CALANGO 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	39	-	-	25	-
CALANGO 4	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	11	-
CALANGO 5	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	21	-	-	23	-
MEL 2	(a)	Energia comprada	-	-	260	-	-	-
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	4	-
			-	4	260	-	4	-
ARIZONA 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	8	-	-	28	-
CAETITÉ 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	16	-
CAETITÉ 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	23	-
CAETITÉ 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	21	-
Banco do Brasil S.A.	(d)	Empréstimos e Financiamentos	7.112	177.120	(14.017)	7.821	265.067	(10.384)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	12.186	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	30.547	-
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	117	-	-	493	-
	(f)	Aluguel/Comodato	-	19	(168)	-	19	(105)
			-	136	(168)	-	43.245	(105)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	-	-	224	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	562	-
			-	-	-	-	786	-
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	1.020	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	2.174	-
			-	-	-	-	3.194	-
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almozanifado)	-	82	(944)	-	76	(720)
Outros Minoritários		Dividendos	-	-	-	-	812	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	123	-
			-	-	-	-	935	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:

Baguari I – Contrato nº. 4600017985, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato nº. 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizáveis ANEEL nº. 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra – Contrato 4600020539, vigência de 1º de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 232 de 19 de setembro de 2006.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluentes, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022357, vigência de 16 de agosto de 2011 até 18 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 3.326, de 15 de agosto de 2011.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato nº. 4600019864, vigência de 8 de agosto de 2010 até 8 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 2.758, de 20 de setembro de 2010.

(d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

(e) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(f) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020646 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(g) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Mel 2 – Contrato nº. 7005710671, de uso do sistema de distribuição, com vigência até janeiro de 2046, conforme Portaria nº 130 de 24 de fevereiro de 2011 do Ministério de Minas de Energia, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

28.1 Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$ 1.511 (R\$ 1.275 em 30 de setembro de 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores classificados como mantidos para negociação e registrados nos balanços patrimoniais com variações no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 – é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:
 - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	127.956	127.956	124.924	124.924
Titulos e valores mobiliários	11.488	11.488	12.982	12.982
Contas a receber de clientes e outros	388.320	388.320	441.666	441.666
Passivo				
Fornecedores	(121.608)	(121.608)	(140.135)	(140.135)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(170.008)	(170.008)	(76.156)	(76.156)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(281.288)	(296.368)	(434.158)	(434.158)
Debêntures em moeda nacional	(56.020)	(55.975)	(72.877)	(72.779)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(15.080)	(15.080)	(19.298)	(19.298)
Instrumentos financeiros derivativos	13.048	13.048	12.436	12.436

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) no valor de R\$ 53.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 30 de setembro de 2013 e 2012 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado
					Moeda Estrangeira		Moeda Local				30/09/13
					30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					Contratos de swaps:						
Swap											
Ativa	Bank Of American	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD 9.482	USD 9.482	R\$ 15.000	R\$ 15.000	21.459	19.777	-
Passiva									15.524	15.162	-
									5.935	4.615	1.503
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a.	-	-	R\$ 53.000	R\$ 53.000	79.266	76.157	-
Passiva									72.154	68.336	-
									7.112	7.821	2.639
Total									13.048	12.436	4.142

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2013 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 101.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(1.946)	(2.433)	(2.919)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	1.951	2.438	2.926
Exposição Líquida		5	6	7

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 156.754 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

				R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	7.254	5.441	3.627
Aplicações financeiras - SELIC	Queda do CDI	0,6	0,5	0,3
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(8.602)	(10.752)	(12.902)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(7.019)	(8.774)	(10.528)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(4.901)	(6.127)	(7.352)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de setembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 125.435, sendo R\$ 124.430 em fundos exclusivos e R\$ 1.005 em CDBs no Banco do Brasil.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	30/09/2013			
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	235.163	-	-	-
Debêntures	37.837	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(12.995)	-	-	-
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	72.583	136.067	22.563
Debêntures	-	18.183	-	-
Instrumentos Derivativos	-	-	(53)	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 16).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.